

RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.602 - PR (2019/0182604-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MUNICIPIO DE ALTONIA
ADVOGADO : WAGNER KIYOSHI DA SILVA - PR031773

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, com fundamento na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL. PLEITO DE OBTENÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA. LEI N. 9.717/98.

1. O STF assentou o entendimento no sentido de que, ao editar a Lei nº 9.717/1998 e o Decreto nº 3.788/2001, a União extravasou a competência legislativa para a edição de normas gerais sobre previdência social. Assim, a negativa de emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária ao ente municipal com fundamento no descumprimento de critérios estabelecidos pela Lei nº 9.717/1998, em princípio, não pode subsistir.

2. Caso em que, embora não haja prova inequívoca que permita concluir pela inexistência da totalidade do débito a que se refere a Notificação de Auditoria Fiscal - NAF nº 0099/2014, é certo que a probabilidade do direito, na hipótese, decorre do entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à inconstitucionalidade do Decreto nº 3.788/2001 e da imposição das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 9.717/1998, bem como do aparente equívoco quanto à base de cálculo empregada para o fim de apurar parte das contribuições devidas pelo Município e do atuar do ente municipal no sentido de regularizar sua situação.

3. Inexistência de perigo de dano na manutenção da tutela deferida pelo juízo de origem, uma vez que, em caso de improcedência da demanda principal, o certificado será consequentemente cassado" (fl. 116e).

Opostos Embargos Declaratórios, restaram, assim, rejeitados:

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Os embargos de declaração destinam-se a provocar novo pronunciamento judicial de caráter integrativo ou interpretativo emitido pelo órgão prolator da decisão nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC), admitindo-se, ainda, excepcionalmente, a atribuição de efeitos infringentes (§ 2º do art. 1.023 do CPC).
2. A irresignação pela circunstância de o acórdão deixar de analisar a questão controvertida segundo a interpretação defendida pela embargante caracteriza contrariedade, e não omissão.
3. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do julgado, devendo o inconformismo quanto à interpretação dos fatos e ao direito aplicável ao caso ser suscitado na via recursal adequada.
4. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade (art. 1.025 do CPC)" (fl. 143e).

Alega o recorrente violação aos arts. 1.022, 497, 498 e 537, todos do CPC, 7º da Lei 9.717/98 e 1º do Decreto 3.788/01, sustentando, em síntese, omissão não suprida em sede de Embargos de Declaração, bem como, que o Município, ora recorrido, descumpriu critérios legalmente exigidos para o recebimento do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), devendo, portanto, ser revogada a decisão que deferiu em parte a antecipação da tutela para determinar a emissão do referido Certificado.

Aduz, ainda, "o não cabimento da cominação de multa à Fazenda Pública em caso de descumprimento de decisão, pois se apresenta incompatível com a sistemática peculiar que rege os procedimentos a serem adotados pelo Poder Público para o devido cumprimento" (fl. 176e).

Requer, ao final, "o provimento deste Recurso Especial, para que seja reformado o *decisum* recorrido, no sentido de dar provimento ao agravo de instrumento interposto pela ora recorrente, reformando a r. decisão recorrida, e, sucessivamente, o acolhimento das demais razões apresentadas, inclusive no que tange à multa fixada, assim mantendo íntegros os dispositivos violados, garantindo a inteireza positiva, de autoridade e uniformidade de interpretação do Direito Federal" (fls. 178/179e).

Contrarrazões apresentadas (fls. 185/195e), foi o Recurso admitido na

origem (fls. 198/199e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, "trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO em face de decisão que deferiu em parte a antecipação de tutela para determinar a emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária em favor do Município de Altônia, até o julgamento final do feito, e fixou o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento da decisão, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)" (fl. 109e).

O Tribunal **a quo** negou provimento ao recurso.

Daí a interposição do presente Recurso Especial, que não merece prosperar.

Em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

No mais, ressalto que a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que "não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito" (STJ, AgRg no AREsp 438.485/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/02/2014).

É o que dispõe a Súmula 735 do STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar".

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. TUTELA ANTECIPADA. ART. 273 DO CPC. REVALORAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7/STJ E 735/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. Ademais, a Corte a quo, com base nos elementos de prova dos

autos, concluiu pela ausência dos requisitos para a concessão da tutela antecipada. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas dos autos, o que é vedado em recurso especial, em razão do óbice da Súmula n. 7/STJ.

3. O apelo especial interposto contra acórdão que julga antecipação de tutela ou liminar deve limitar-se aos dispositivos relacionados aos requisitos da tutela de urgência. É que nessa fase processual, os normativos apenas são submetidos a um juízo precário de mera verossimilhança, sendo passível de modificação em momento oportuno, somente havendo 'causa decidida em única ou última instância' após o julgamento definitivo. Incidência do enunciado da Súmula 735/STF: 'Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar'.

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.371.015/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/12/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. APOSENTADORIA. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. ARESTO RECORRIDO CONSIGNOU QUE O RISCO A SER SUPOSTO É MUITO ELEVADO SE INDEFERIDO O PEDIDO CAUTELAR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. SÚMULA 735 DO STF.

(...)

2. Segundo precedentes deste Superior Tribunal 'não pode ser conhecido o recurso especial quanto à alegação de ofensa a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa, que, em liminar, é tratada apenas sob juízo precário de mera verossimilhança. Quanto a tal matéria, somente haverá 'causa decidida em única ou última instância' com o julgamento definitivo'. (REsp 765.375/MA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Turma, julgado em 06/04/2006, DJ 08/05/2006).

3. Inteligência da Súmula 735 do STF: 'Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar'.

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 399.287/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/02/2014).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GREVE DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS EM EDUCAÇÃO. LIMINAR. DEFERIMENTO. REQUISITOS. MATÉRIA FÁTICA. EXAME. POSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Os recursos para a instância extraordinária somente são cabíveis em face de 'causas decididas em única ou última instância' (CF, art. 102, III e art. 105, III). Não é função constitucional do STF e nem do STJ, no julgamento de recursos extraordinários e recursos especiais, substituir-se às instâncias ordinárias para fazer juízo a respeito de questões constitucionais ou infraconstitucionais que, naquelas instâncias, ainda não tiveram tratamento definitivo e conclusivo (REsp 765.375/MA, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 8/5/2006).

2. Para se chegar a conclusão diversa da adotada pelo órgão julgador de origem, em sede de liminar, quanto à abusividade e ilegalidade da greve dos professores estaduais, tal como colocada a questão nas razões do apelo especial, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, providência vedada pela Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 363.880/AP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/04/2014).

Ademais, ainda que não fosse o caso de se aplicar o referido óbice, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que a apreciação dos requisitos para a concessão da tutela antecipada enseja o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Não há violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso. 2.. O Tribunal estadual concluiu que a questão a ser decidida no agravo de

instrumento interposto na origem limitava-se à concessão da antecipação de tutela. Entretanto, aquela Corte decidiu pela cassação da concessão, por concluir que resultaria em grande onerosidade, abrangência e imediatismo, além demandar dilação probatória. 3. **A apreciação dos requisitos de que trata o art. 273 do Código de Processo Civil, para a concessão da tutela antecipada, enseja o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 desta Corte.** Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 461.322/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/04/2014).

Por fim ressalto que "o STJ entende ser cabível a cominação de multa diária (astreinte) contra a Fazenda Pública como meio executivo para cumprimento de obrigação de fazer ou entregar coisa (arts. 536 e 537 do CPC/2015)" (STJ, REsp 1.827.009/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço parcialmente do Recurso Especial, e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora